

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Governo não deve arrecadar com leilão de distribuidoras](#) 2

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Governo não deve arrecadar com leilão de distribuidoras	2
Título: Conflito entre riquezas.....	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Governo tenta garantir leilão de hidrelétricas	5
Título: Chinesa State Power manifesta interesse por usinas da Cemig	6
Título: SP quer prazo maior para usinas da Cesp	7
Título: Petróleo da Venezuela será cotado em yuan	7
VEÍCULO: Correio Braziliense	8
Título: Restaurantes desafiam inflação	8
Título: Privatização dará eficiência à Eletrobrás	9

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: MANOEL VENTURA****Título: Governo não deve arrecadar com leilão de distribuidoras**

Eletrobrás quer adotar concessão pela menor tarifa e não por outorga

BRASÍLIA E SÃO PAULO - A Eletrobrás e o Tesouro já não contam mais com arrecadação de recursos com a venda de distribuidoras de energia elétrica da estatal no Norte e no Nordeste do país, em um processo que começou no ano passado e corre separadamente da privatização do grupo. A empresa deve adotar um modelo para a venda em que ganhará a disputa o investidor que aceitar receber a menor tarifa pela distribuição de eletricidade, sem o pagamento de outorgas, que geraria recursos para o caixa do governo, segundo fontes que participam das definições. As empresas de distribuição no Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima acumulam prejuízos há anos, e a Eletrobrás decidiu privatizá-las no ano passado. Em nota divulgada ontem, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) alertou que os recursos disponíveis para manter as operações das empresas, “possivelmente”, acabam em dezembro.

Caso não haja leilão ou a licitação fracasse, só haveria duas alternativas para que os consumidores continuem sendo abastecidos nos seis estados: com dinheiro do Tesouro, ou por aumento de tarifa. Nesse último caso, o consumidor local poderia ter de arcar com aumento de tarifa médio de 30%. O caso mais grave seria da distribuidora de Roraima, onde o aumento poderia chegar a 68,8%. Nas demais, seriam: Amazonas (29,7%), Alagoas (23,9%), Piauí (33,5%), Rondônia (22,1%), Acre (26,6%) e Amapá (43%). Após a Eletrobrás decidir não prorrogar as concessões, essas empresas passaram a operar como prestadoras de serviços, recebendo empréstimos mensais de mais de R\$ 200 milhões de um fundo setorial. A Aneel considera a possibilidade de aporte de recursos do Orçamento do governo nas concessões “pouco realista”, por causa da situação fiscal.

TARIFA PODERIA SUBIR

Diante do risco de o leilão fracassar, técnicos do governo e da Eletrobrás passaram a avaliar saídas para tornar as distribuidoras mais atraentes. Uma das possibilidades é reajustar as tarifas este ano. A Aneel já tem processo aberto nesse sentido, após avaliação do governo de que os preços estão defasados. A própria agência alertou que a licitação pode fracassar, dependendo das regras.

Foi sugestão da agência um leilão de menor tarifa e não de maior pagamento pela outorga (que se converte em arrecadação). Procurada, a Eletrobrás disse que não vai comentar, alegando que a modelagem da venda das distribuidoras ainda está sendo definida.

O Ministério de Minas e Energia também não se manifestou. Para reequilibrar as contas das distribuidoras e atrair investidores, a Aneel calculou e pôs em audiência pública elevação tarifária média de 8,9% para as distribuidoras: Amazonas (9,8%), Roraima (10,1%), Alagoas (6,9%), Piauí (7,5%), Rondônia (7,9%), Acre (10,4%), Amapá (11,8%). A agência ainda não bateu o martelo sobre o aumento, mas isso deve ocorrer este ano. É sobre esse reajuste de tarifas que os interessados poderão oferecer descontos no leilão. A Aneel reconhece que houve “alguma melhora” nos indicadores no último ano, mas a diferença entre as perdas e outros custos reconhecidos nas contas de luz e os que de fato precisam ser administrados pelas empresas “é muito grande” e que essa discrepância “pode inviabilizar o processo de licitação”.

O exemplo mais extremo é o da Amazonas Energia. O investidor demoraria 35 anos para cobrir os custos necessários para adequar a operadora aos padrões da Aneel com tarifas cobradas atualmente. “Licitar uma concessão nas condições demonstradas poderia resultar na ausência de interessados e, consequentemente, na continuidade da prestação do serviço de forma precária pela União”, disse a agência. **SUSPENSO LEILÃO DA CESP** O governo paulista anunciou ontem, por meio de comunicado no Diário Oficial, que decidiu suspender temporariamente o leilão de venda da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), que estava previsto para o próximo dia 26. De acordo com fonte da Secretaria de Fazenda de São Paulo, o motivo do adiamento foi melhorar a modelagem a fim de atrair propostas melhores para a estatal, cujos ativos incluem três usinas hidrelétricas

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Míriam Leitão

Título: Conflito entre riquezas

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

O decreto de extinção da Renca pode ser o começo de uma corrida que levará à degradação de uma área na Amazônia que está hoje com apenas 0,33% desmatado, acha o procurador Daniel Azeredo. O passo pode ser o começo da exploração de riquezas já detectadas na região, sustenta o geólogo Onildo Marini. As duas visões opostas poderiam até ter conciliação com outra atitude da indústria de mineração.

Convidei Azeredo e Marini para um debate no meu programa da Globonews, e o resultado foi o conflito de visões irreconciliáveis entre preservação e exploração das riquezas minerais. O problema que pende para um dos lados é o desastre de Mariana. Marini acha que ele foi apenas um ponto fora da curva. No Congresso, no entanto, o lobby da indústria de mineração é para uma legislação que flexibilize, em vez de aumentar a fiscalização. O setor rejeita, por exemplo, ter planos de contingência ou fazer seguro contra desastres.

— A reação foi proporcional ao decreto, porque ele é uma afronta a toda política que nós temos tentado construir para a Amazônia. Sob qualquer prisma, ele é uma catástrofe. É um decreto, quando a Constituição exige lei complementar. A reserva começou para defender direitos minerários da União, mas outras áreas de proteção foram sendo criadas e formou-se um mosaico de áreas protegidas — diz o procurador da 4ª Câmara de Brasília, dedicada às questões ambientais. — A reação foi desproporcional e causada por desconhecimento do que era a Renca. Há indicações de vários minerais por lá, além de ouro e cobre. Foram feitos três furos de sondagem, tem uma mina de ouro cujo decreto de lavra saiu antes de 1984, a mina Carcará, que tem previsão de 10 toneladas de ouro. Tem tantalita, cassiterita, duas reservas e depósitos importantes de fosfato e titânio.

Quando fizeram os estudos pela CPRM não havia reserva de proteção nenhuma, que foram criadas depois. Agora o decreto que extinguiu a Renca deixa muito claro que serão mantidas as unidades de conservação. Em algumas unidades, a lei não permite, mas nas florestas nacionais há essa possibilidade — diz Onildo Marini, diretor-executivo da Agência para o Desenvolvimento da Indústria Mineral. A propósito, para fazer esse debate, eu convidei o Ministério das Minas e Energia, que não aceitou.

Marini disse, ao fim do programa, que precisa ser discutido, antes de tudo, qual lei é maior. Se a que criou a reserva como mineral ou as que vieram depois, criando as unidades de conservação. Esse é exatamente o temor dos ambientalistas ou dos que se preocupam com a proteção da Amazônia. Que se comece dizendo que as unidades serão respeitadas, para em seguida reduzirem a dimensão delas, como já foi feito por este governo na Floresta Nacional de Jamanxin e no governo Dilma, para abrir espaço para grandes hidrelétricas. É possível conciliar os dois interesses? Daniel Azeredo acha que com o modelo de governança atual na Amazônia é impossível.

— O Ministério Público não desconhece a importância da mineração para o país. É 4% do PIB, gera 200 mil empregos diretos e 800 mil indiretos. Mas o Pará, que em 1940 tinha o 8º PIB per capita nacional, hoje, com o crescimento da mineração, tem o 22º. O Amapá foi líder na exploração de manganês e pouco se vê de recursos para a região. Normalmente, a mineração provoca um fluxo

migratório intenso, com aumento da violência, caos na saúde pública e tudo isso leva a mais desmatamento — diz Daniel Azeredo. — Nós temos exemplos de mineração que conviveram com proteção. Um é Juriti, no Pará, onde a Alcoa minera alumínio. Há lá uma cidade que é um brinco. E tem Carajás, que permitiu a proteção de 7 mil quilômetros quadrados.

No nosso entender, a mineração é a solução para a Amazônia porque o desmatamento é pontual e há muita riqueza concentrada. Há, nas proximidades da Renca, já constatada por uma empresa australiana, um depósito de 3,5 milhões de onças de ouro, cerca de 100 toneladas de ouro, em Pedra Branca do Amapari — diz Onildo Marini. O que torna o tema irreconciliável é que mesmo depois do desastre de Mariana não se vê por parte da indústria nenhum movimento de aumento da proteção e de garantias para a sociedade. Pelo contrário, no Congresso o setor faz lobby por menos proteção e mais direitos para um setor que é por natureza predatório.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth Rafael Moraes Moura

Título: Governo tenta garantir leilão de hidrelétricas

AGU quer que o Supremo acelere julgamento de recurso da Cemig contra a venda das quatro usinas que foram retomadas pela União

O governo quer que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida o mais rápido possível se poderá mesmo realizar o leilão de quatro usinas da Cemig marcado para o próximo dia 27. Ontem, a Advocacia- Geral da União encaminhou uma petição ao ministro Dias Toffoli dizendo que não há mais razão para adiar o julgamento de um recurso apresentado pela Cemig, que pede a suspensão do leilão das usinas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande.

Na prática, o documento é um ato formal por meio do qual o governo pede ao STF que marque o julgamento do processo quanto antes. Para a União, a licitação das quatro hidrelétricas vai atrair mais investidores se for realizada sem qualquer pendência judicial. O lance mínimo pelas usinas é de R\$ 11 bilhões, dinheiro considerado fundamental para o fechamento das contas deste ano.

A Cemig quer evitar que as usinas sejam vendidas para outros grupos, e alega, entre outras coisas, que o preço pedido pelo governo é inferior ao valor dos ativos. Além de tentar suspender o leilão, tenta também um acordo com o governo federal para ficar com as usinas. Para isso, porém, precisa de um financiamento bilionário.

A despeito de todas as tentativas da Cemig para manter as usinas, o governo avalia que vai vencer a disputa. Por isso, tem atuado em todas as frentes: no STF, para marcar o julgamento do mérito da questão, e no Superior Tribunal de Justiça (STJ), para derrubar uma liminar que suspendeu a licitação, dada pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1) em 18 de agosto.

No mês passado, Dias Toffoli adiou o julgamento a pedido da ministra-chefe da AGU, Grace Mendonça, que fez a solicitação “considerando a possibilidade de instauração de procedimento perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal”. Foi uma forma de diminuir a pressão política da bancada mineira por uma solução negociada, mas o governo não desistiu de licitar as usinas.

O caso estava inicialmente previsto para ser analisado no dia 22 de agosto pelos cinco ministros da Segunda Turma do STF: Edson Fachin, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello e o relator do caso, ministro Dias Toffoli. No ofício de ontem, Grace informa que um acórdão proferido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), de 6 de setembro, determinou a suspensão de “quaisquer condutas relacionadas a negociações com a Cemig Geração e Transmissão S/A”.

“Assim, não mais subsistem as razões que ensejaram o pedido de adiamento solicitado por esta Advocacia-Geral da União”, diz a ministra, na petição enviada ao Supremo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Idiana Tomazelli

Título: Chinesa State Power manifesta interesse por usinas da Cemig

Segundo fontes do governo, EDP, Enel e Engie também podem participar de leilão que ocorre no fim do mês

Dirigentes da empresa chinesa State Power (SPIC) estiveram em Brasília para manifestar interesse no leilão de usinas da Cemig, segundo apurou o Estadão/Broadcast. O leilão está marcado para o dia 27 e outras empresas, além da SPIC, também já demonstraram apetite pelos ativos da estatal mineira, que tem lance mínimo de R\$ 11 bilhões.

O presidente do conselho da SPIC Overseas, Xuezhong Hou, e outros executivos da companhia chinesa estiveram com os ministros Moreira Franco (Secretaria Geral da Presidência) e Dyogo Oliveira (Planejamento). A empresa contratou

dois grandes bancos e dois escritórios de advocacia para assessorá-la na disputa.

Aos representantes do governo, a SPIC disse que vai entrar no leilão da concessão das quatro usinas da Cemig: São Simão, Jaguará, Volta Grande e Miranda. Segundo fontes do governo, a portuguesa EDP, a italiana Enel e a francesa Engie também já manifestaram interesse em participar do leilão. A brasileira Alupar estuda se vai entrar na disputa.

Ágio.

Diante da procura dos investidores, o governo avalia que haverá ágio no leilão. Ou seja, poderão ingressar mais recursos nos cofres da União pela outorga da concessão. Em reunião interna nesta semana sobre a venda das usinas da Cemig, o governo decidiu manter o leilão para o fim do mês.

O governo avaliou que não há o que fazer depois da decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de suspender as negociações abertas pela Advocacia-Geral da República com a Cemig para discutir a concessão das usinas, atualmente controladas pela empresa mineira. No mesmo dia do leilão da Cemig, o governo vai leiloar 287 poços de petróleo em 29 áreas e nove bacias da 14.ª rodada de licitação. Já foram habilitadas para o leilão 32 empresas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: SP quer prazo maior para usinas da Cesp

O governo de São Paulo pretende discutir com a União a possibilidade de concessões de hidrelétricas de sua controlada Cesp serem renovadas por mais 30 anos após a privatização da companhia, cujo leilão estava agendado para 26 de setembro, mas acabou suspenso por um temor de falta de interessados.

A ideia é que essa possibilidade conste de uma reforma da regulamentação do setor elétrico que o governo federal pretende enviar ao Congresso em outubro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Internacional

Autor:

Título: Petróleo da Venezuela será cotado em yuan

O Ministério de Petróleo da Venezuela afirmou ontem que os preços do barril produzido no país deixarão de ser cotados em dólar, passando a ser precificados em yuan, a moeda da China, a partir desta semana. A informação foi divulgada em um relatório semanal do ministério, estabelecendo para esta semana uma taxa de câmbio de 6,55 yuans por dólar, um pouco maior do que os 6,52 da semana passada. Neste sentido, o preço do barril do petróleo da Venezuela fechou a semana em 306,26 yuans (US\$ 46,75), o que representa uma alta em relação aos US\$ 46,14 da semana anterior.

O preço médio de venda do petróleo venezuelano neste ano é de US\$ 43,99 por barril, uma recuperação em relação à média registrada em 2016, que foi de US\$ 35,15. Ainda ontem, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, afirmou que, depois de semanas de conversações, um acordo entre seu governo e a aliança opositora Mesa da Unidade Democrática “está próximo”. Representantes dos dois lados mantêm um diálogo político na República Dominicana, mas MUD afirmou que “não haverá diálogo” enquanto o governo não cumprir precondições, como a fixação da eleição presidencial de 2018. / EFE

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Antonio Temóteo

Título: Restaurantes desafiam inflação

Na quadra do Banco Central (BC), no Plano Pilto em Brasília, os restaurantes têm ignorado a queda da inflação e reajustado os preços das refeições muito acima do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA). Em um dos restaurantes, o prato executivo foi reajustado de R\$ 31,90 para R\$ 41, uma alta de 28,52%. Responsável por garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, a autoridade monetária não tem convencido os comerciantes da redondeza de que o momento é de cautela nas revisões dos cardápios.

Os funcionários do BC estão entre os principais clientes e não se cansam de reclamar da carestia. A impressão é de que os comerciantes acreditam que o tão propalado controle da inflação, que tem permitido a queda dos juros, é mais discurso do time comandado por Ilan Goldfajn do que realidade. Em outro restaurante, de comida brasileira, o reajuste foi em menor intensidade, de 18,1%. O prato executivo passou de R\$ 19,90 para R\$ 23,50.

Nos dois casos, os preços subiram bem acima da inflação de alimentação fora de casa, que registrou elevação de 2,5% entre janeiro e agosto. Em Brasília, a variação foi mais alta do que a média nacional, a 5,22%.

O empresário Rafael da Rosa, 28 anos, almoça com frequência na quadra do BC,

já que seu escritório é na região. Economista de formação, ele tem se espantado com a variação de preços na região. Para ele, o alto poder aquisitivo dos brasilienses leva os comerciantes a não se constranger em praticar reajustes bem acima da inflação.

Na região, além da autoridade monetária, também estão a sede da Caixa Econômica Federal, da Receita, tribunais de Justiça e diversos outros órgãos ligados ao setor público. “Os preços dispararam por aqui. Estou até pensando em trazer meu almoço de casa para fazer economia. Não tenho vale-refeição, como a maioria dos servidores”, explicou.

Em meio às disparidades de preços nas principais capitais do país, o Comitê de Política Monetária indicou que deve promover mais dois cortes da taxa básica de juros (Selic). Um de 0,75 ponto percentual, na reunião de outubro, e outro de 0,5 no encontro de dezembro. Com isso, a Selic terminará 2017 em 7% ao ano.

Muitos destacam que com a inflação ancorada e bem abaixo da meta, de 4,5%, a autoridade monetária teria espaço para derrubar mais os juros. O presidente do BC, Ilan Goldfajn, não descarta a possibilidade, mas ressalta que há riscos de pressões inflacionárias caso haja piora do ambiente político, combinado com uma possível mudança do cenário internacional.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Privatização dará eficiência à Eletrobrás

A decisão do governo Michel Temer de privatizar a Eletrobrás, recebeu críticas dos contrários à desestatização e daqueles que se beneficiam com o uso político das estatais, mas, para o mercado e especialistas do setor de energia elétrica, é a melhor solução para a empresa. O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, faz uma comparação que comprova isso. Segundo ele, a Engie Brasil Energia, que um dia foi subsidiária da Eletrobrás, com uma representatividade de 5% no grupo, foi privatizada em 1997 e, hoje, 20 anos depois, alcançou valor de mercado de 1,2 vez o da estatal.

Sales ressaltou que o cálculo foi feito antes do pico de valorização da Eletrobrás, que ganhou R\$ 10 bilhões em valor, da noite para o dia, com o anúncio da privatização. O especialista lembrou que a estatal teve prejuízos recorrentes por quatro anos, que somaram perdas de mais de R\$ 30 bilhões: R\$ 14,9 bilhões em 2015, R\$ 2,9 bilhões em 2014, R\$ 6,2 bilhões em 2013 e R\$ 6,9 bilhões em 2012.

De acordo com o presidente do instituto, o grupo Eletrobrás tem mais de 23 mil empregados, gerou lucro de R\$ 3,5 bilhões em 2016 a partir de uma receita de R\$ 60 bilhões. “Mas só contabilizou lucro por conta de receita extraordinária, com as indenizações das transmissoras. Além disso, o endividamento da empresa é de R\$ 43 bilhões”, destacou.

Eletrosul

Já a Engie Brasil Energia, empresa originada da privatização da parte de geração da Eletrosul (subsidiária da Eletrobrás) tem 1,1 mil empregados, produziu, em 2016, lucro de R\$ 1,5 bilhão a partir de uma receita de R\$ 6,4 bilhões. Nos quatro anos anteriores, enquanto a Eletrobrás acumulava R\$ 30 bilhões de prejuízo, os lucros da Engie foram de: R\$ 1,5 bilhão em 2015; R\$ 1,4 bilhão em 2014; R\$ 1,4 bilhão em 2013; e R\$ 1,5 bilhão em 2012.

“Os indicadores derivados dos resultados das duas empresas são eloquentes. Considerando-se apenas o ano de 2016, que foi melhor do que a série de quatro anos anteriores, a Eletrobrás gerou uma receita de R\$ 2,64 milhões por empregado, enquanto a Engie gerou uma receita de R\$ 5,82 milhões por funcionário, mais que o dobro do desempenho da estatal”, comparou.

Fazendo a mesma conta para o lucro por empregado, a comparação se torna ainda mais dramática, apontou Sales. “Com mais de 20 vezes o número de empregados, a Eletrobrás produziu um lucro por empregado 9 vezes inferior ao da Engie, de R\$ 150 mil ante R\$ 1,36 milhão. Enganam-se os que defendem a Eletrobrás estatal por ser nossa. Ela é de sindicatos, de funcionários que não querem trabalhar e de grupos políticos habituados a usar a empresa para suas nomeações”, alertou.

Ganhos

O presidente do Acende Brasil, Claudio Sales, defende que, privatizada, a Eletrobrás só tem a ganhar, assim como seus acionistas e o governo, que vai arrecadar mais e se verá livre de afundar bilhões na empresa. “Os números mostram que o modelo privado de gestão é mais eficiente, por isso a decisão de privatizar é louvável. Os consumidores terão um serviço mais eficiente, livre de todos os problemas que custavam o nosso sangue”, concluiu.

BR- 040: MPF quer suspensão de pedágio

O Ministério Público Federal em Petrópolis (RJ) quer que seja decretada a caducidade da concessão da rodovia BR-040 no trecho Juiz de Fora-Rio de Janeiro e move ação contra a concessionária Concer, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a União. No processo, pede a suspensão da

cobrança de tarifa de pedágio e intervenção da ANTT pelo prazo restante da concessão, que acaba em 2021. Segundo a procuradora Joana Barreiro, apesar de a empresa descumprir os contratos, com obras paralisadas, a agência não fiscaliza e não aplica multas. Em nota, a ANTT disse que a fiscalização é “permanente, rotineira e diária”. “Sobre a aplicação de penalidades, todas as informações são sigilosas”, informou. Procurada, a Concer não respondeu.

MME / ASCOM .